

RITTA MARIA LIMA DO VALE

O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL:
AVANÇOS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

CURITIBA
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

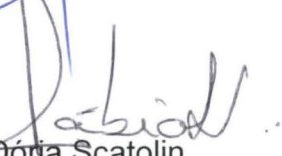
RITTA MARIA LIMA DO VALE

O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: AVANÇOS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Huáscar Filho Pessali
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Rodrigo Leite Kremer
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 09 de dezembro de 2010

RESUMO

O Plano Diretor é uma lei municipal cuja finalidade é orientar o desenvolvimento do município. Pretendido como um importante instrumento na orientação de execução de políticas municipais, há desafios para sua elaboração e implementação. Nesta monografia pretende-se elaborar um estudo de caso da cidade de Contenda observando o resultado prático das políticas definidas pelo seu Plano Diretor no planejamento efetivo do município. No final, pode-se identificar que nem sempre aquilo que é elaborado como o ideal para o desenvolvimento de Contenda é adotado com prioridade pelas autoridades competentes.

Palavras - chave: Plano Diretor. Contenda. Desenvolvimento municipal.

ABSTRACT

The Plano Diretor (Guiding Plan) is a municipal law with the purpose of guiding the development of the municipality. However, despite being an important tool in guiding the implementation of municipal policies, it is not always followed. This monograph is a case study of the town of Contenda, observing the practical results of the policies defined by the municipality's Plan. In the end, one can note serious mismatches between what the Plan lists as the main priorities for the local development and the policies carried out by the municipal authorities.

Key Words: Plano Diretor . Contenda. Local development

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CARTOGRAMAS DE LOCALIZAÇÃO DE CONTENDA NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	13
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA E PIB TOTAL 2002 – 2006.....	22
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO PIB E PIB POR SETOR 2002 – 2006.....	22
GRÁFICO 3 – RECEITAS SEPARADAS POR CATEGORIA – ANO.....	26
GRÁFICO 4 – DESPESAS SEPARADAS POR CATEGORIAS – ANO.....	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS CONDICIONANTES, POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E MUNICIPAIS, DOS ASPECTOS SOCIECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	35
QUADRO 2 – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS PARA GESTÃO DE INFRAESTRUTURA, SOCIOENÔMICA E INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE URBANIZAÇÃO DE CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS – 2007.....	14
TABELA 2 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS – 1991.....	15
TABELA 3 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS – 2000.....	15
TABELA 4 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA – 2000.....	16
TABELA 5 - ATIVIDADE ECONÔMICA, ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA – 2006.....	17
TABELA 6 - CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PRINCIPAIS PRODUTOS, NÚMERO DE PRODUTORES E RESPECTIVA ÁREA NO MUNICÍPIO DE CONTENDA – 2008.....	18
TABELA 7 - VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) POR SETOR PRODUTIVO NO MUNICÍPIO DE CONTENDA (EM R\$1,00).....	19
TABELA 8 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS (R\$ 1,00) - 2000 A 2005.....	21
TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E DIVIDIDO POR SETORES E PER CAPITA 2002-2006.....	21
TABELA 10 - TABELA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS - 1991 E 2000.....	23
TABELA 111 - PERCENTUAL DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE CONTENDA 1996 – 2000.....	24
TABELA 12 – ÍNDICE FIRJAN 2005 – 2007.....	25
TABELA 13 - ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) – 2007...26	

TABELA 14 - CÁLCULO DOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO PARA APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA DESPESAS REALIZADAS E ESTIMADAS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA (R\$1,00) - 2002 A 2007.....28

TABELA 15 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS ÁREAS URBANA E RURAL POR TIPO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2000.....29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONTENDA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	12
2.1 ORIGEM.....	12
2.2 LOCALIZAÇÃO.....	13
2.3 POPULAÇÃO.....	14
2.4 EMPREGO.....	15
2.5 SETORES PRODUTIVOS.....	17
2.6 RENDA.....	19
2.7 PRODUTO INTERNO BRUTO.....	20
2.8 INDICADORES.....	22
2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano.....	22
2.8.2 Índice Firjan.....	24
2.8.3 Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal.....	25
2.9 RECEITAS.....	26
2.10 DESPESAS.....	27
2.11 SERVIÇOS BÁSICOS E INFRAESTRUTURA.....	28
3 PLANO DIRETOR.....	31
3.1 PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	33
4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR.....	39
5. CONCLUSÕES.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Contenda é uma cidade da região metropolitana de Curitiba, com uma população estimada em 15.858 mil habitantes (IBGE, 2010) e que conta com um território de 300.569 quilômetros quadrados (IPARDES, 2008), representando 0,15% do Estado do Paraná (CNM, 2010). Apesar de ter sido desmembrada em 1952 (IPARDES, 2008) da cidade da Lapa, teve seu Plano Diretor elaborado somente em 2008 (PLANO DIRETOR, 2008). Percebe-se desta forma, que a preocupação em planejar o desenvolvimento de forma mais efetiva deu-se apenas 56 anos depois da emancipação da cidade.

O Plano Diretor é um instrumento básico para orientar o desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana de um município. Como o próprio nome indica, é um plano de diretrizes, normas, a serem aplicadas no município. Em suma, é uma lei municipal que estabelece regras para o adequado uso e aproveitamento do território municipal, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do mesmo. Tem como função nortear as ações do poder público, compatibilizando os interesses coletivos e garantindo de forma mais justa os benefícios da urbanização – evitando que a gestão seja baseada em favores políticos.

É bem verdade que ainda nem todas as cidades que são obrigadas por lei possuem Plano Diretor, mas não só sua existência é relevante mas também o encaminhamento daquilo que nele foi planejado. Posto que um Plano Diretor tem por finalidade organizar o desenvolvimento de longo prazo de uma cidade, é importante verificar se o município se prende a tomar medidas paliativas ou de curta duração que tenham alcance limitado no seu desenvolvimento.

Esta monografia tem por objetivo estudar o Plano Diretor formulado para a cidade de Contenda e verificar sua repercussão na prática, identificando quais projetos estão sendo desenvolvidos no município e se atendem àqueles caracterizados como necessários no Plano Diretor. Assim pode-se ter uma visão dos benefícios e desafios trazidos pelo plano Diretor como instrumento do desenvolvimento local.

No segundo capítulo será feita uma apresentação de Contenda, informando alguns dados estatísticos, índices e afins coletados em banco de dados oficiais, com o objetivo de melhor caracterizar esse município.

No terceiro capítulo será realizada uma revisão bibliográfica sobre o que é um Plano Diretor e suas implicações sobre o planejamento de uma cidade. Será apresentado o resumo deste instrumento elaborado para Contenda com suas principais conclusões sobre alguns temas específicos.

No quarto capítulo será feito um paralelo entre o diagnóstico feito pelo Plano e os projetos em andamento na cidade. Esta etapa terá como base não só o Plano Diretor da cidade mas também pesquisas primárias com os agentes públicos responsáveis por sua execução. Por último, serão apresentadas as considerações finais.

2. CONTENDA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O volume de demandas nas cidades está crescendo a cada dia, seja em termos de habitação, saneamento, trabalho, renda, educação, saúde, segurança e muitos outros serviços que exigem formas avançadas de Políticas Públicas, visando a uma melhor gestão das cidades. Para tal, é necessário o reconhecimento das necessidades da população, pois dessa forma haverá uma alocação mais apropriada dos serviços públicos e sistemas de infraestrutura, com melhores retornos dos investimentos (CURITIBA, 2005).

Antes de discutir o Plano Diretor do município de Contenda, um importante instrumento de planejamento que engloba o reconhecimento das necessidades da população e aquilo que é necessário para saná-las, é útil tomar ciência de algumas características da cidade em questão, para melhor compressão das propostas expostas no Plano como um caminho ao desenvolvimento do município.

2.1 ORIGEM

Sinônimo de briga e motivo de existência da cidade, essa é uma das explicações para o nome de Contenda: uma contenda. Fora uma disputa de terras nas margens de um riacho, que vindo da zona norte e fazendo foz no Rio Isabel Alves, acabou creditando o título à cidade. Há ainda outra versão que justifica o nome do município alegando o fato da população da cidade ter se instalado inicialmente nas margens de um riacho chamado Contenda. Mas independente da versão que justifique seu nome, Contenda surgiu oficialmente de um desmembramento da cidade da Lapa em 14 de novembro de 1951, que por sua vez foi um dos tantos povoamentos possibilitados pelo caminho de Viamão (um caminho que ligava a feira de gado em Sorocaba, São Paulo, até a cidade de Viamão, no Rio Grande do sul, para transporte de gado). A estrada que viria a se tornar a principal de Contenda, era a conhecida Estrada da Mata, que após sofrer melhorias na época, por volta de 1877, para a visita do imperador Dom Pedro II, ficou conhecida como Estrada do Imperador. Foi esta via que possibilitou a vinda e a instalação dos migrantes no ainda vilarejo (MOREIRA, 1995). Essa Estrada, atualmente passa pelo quadro urbano da cidade e recebe o nome de Avenida Eleutério de Souza Padilha

dando seqüência à Avenida João Franco (que passa pelo centro da cidade) e continuando sob o nome de Avenida das Américas terminando na BR-476 (Rodovia do Xisto) após atravessar o bairro de Serrinha.

No que se refere aos seus primeiros moradores, há versões que defendem que eram descendentes de poloneses e alemães, já outras afirmam que foram os poloneses e ucranianos (MOREIRA,1995). Há ainda aqueles que creditam à povoação aos irmãos João Soares Franco e Constantino Soares da Silva, mas estes ao se instalarem em Contenda, já a encontraram em pequena formação, cabendo a eles, portanto, o crédito de ampliar a povoação (MOREIRA,1995).

2.2 LOCALIZAÇÃO

Contenda está localizada na microrregião de Curitiba, na mesorregião metropolitana de Curitiba e tem como limite os municípios de Araucária, Lapa, Balsa Nova, Mandirituba e Quitandinha (PLANO DIRETOR, 2008) conforme demonstra a figura abaixo:

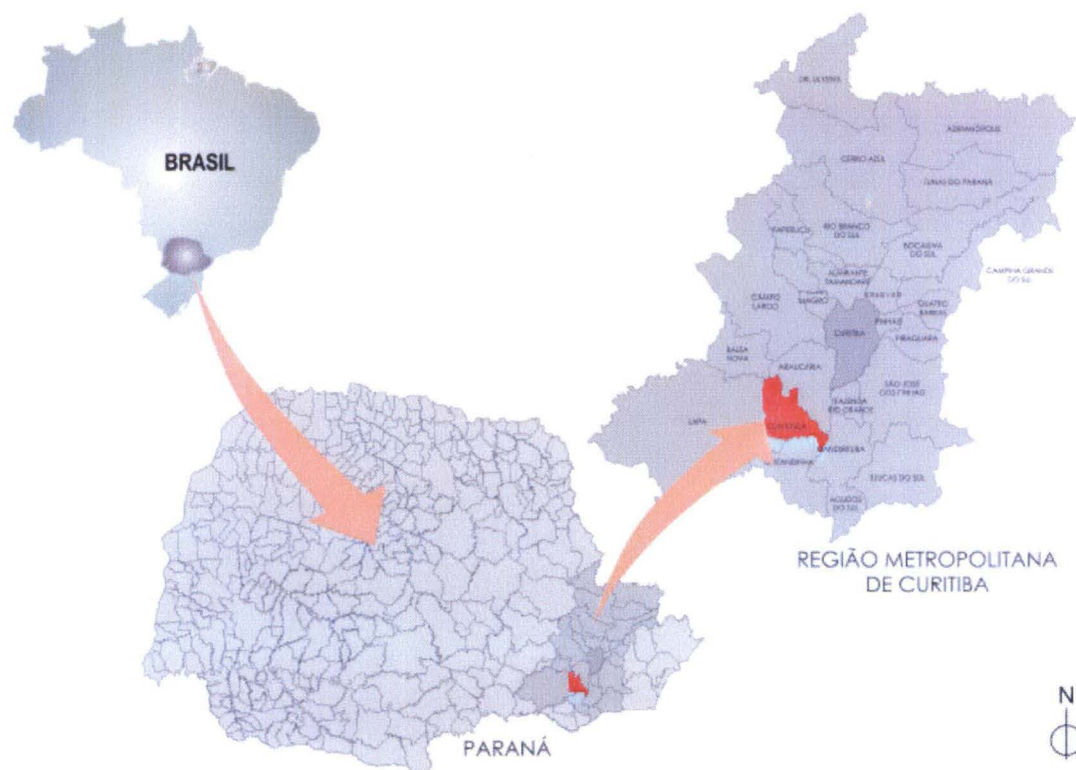


FIGURA 1 – CARTOGRAMAS DE LOCALIZAÇÃO DE CONTENDA NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: Plano Diretor, 2008

No que tange à dinâmica de localização, Contenda é privilegiada, pois é próxima dos centros urbanos - Contenda está a 36 km de Curitiba e a 20 km de Araucária, onde se situa a Refinaria Petrobrás (PLANO DIRETOR, 2008). Isso, porém acaba transformando o município em “cidade dormitório”, pois muitos trabalhadores de Araucária e da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) residem em Contenda, justamente por ser próxima ao seu trabalho e pelo menor preço das terras se comparado com o de outras cidades próximas, mas já ocupadas.

Sua proximidade com os centros urbanos de Araucária e Curitiba também acaba por caracterizar uma economia dependente. Em Contenda as oportunidades de emprego no setor secundário e terciário são escassas e a maioria de sua população tem renda advinda das atividades nessas outras cidades.

2.3 POPULAÇÃO

Contenda conta com uma população aproximada de 15.858 mil habitantes (IBGE, 2010) sendo que em 2000, 52,27% viviam na área rural (IBGE, 2000).

Entretanto, o predomínio da área rural vem se reduzindo no decorrer dos anos. Segundo o IBGE (2001, 2007) a taxa de crescimento da área urbana é de aproximadamente 26%, e a da zona rural é negativa em 1,5%. Em 2018, de acordo com as projeções do IBGE, Contenda contará com 63% da população no meio urbano.

Mas essa tendência de urbanização ainda está em processo de expansão, pois apesar da população urbana estar aumentando, o grau de urbanização de Contenda (0,54) ainda está distante de cidades mais industrializadas como Araucária (0,92), conforme demonstra a tabela 1 a seguir:

TABELA 1 - TAXA DE URBANIZAÇÃO DE CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS - 2007

MUNICÍPIO	TAXA DE URBANIZAÇÃO
Araucária	0,92
Lapa	0,6
Contenda	0,54
Balsa Nova	0,37
Mandirituba	0,33
Quitandinha	0,21

FONTE: IBGE/IPARDES (2007).

NOTA: trabalhos da Tabela da População Recenseada por Situação de Domicílio - Paraná 2007

2.4 EMPREGO

Através da análise das Tabelas 2 e 3, podemos conferir como ocorreu a evolução da População Economicamente Ativa (PEA) desde os anos 90 até os 2000. Percebemos que em 1990, a maioria da PEA encontrava-se no meio urbano e constituía-se principalmente de homens. Em 2000, a situação altera, apesar de pouca diferença, há maior concentração da PEA no campo e o gênero masculino aumenta em relação ao feminino.

TABELA 2 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS - 1991

LOCALIDADE	URBANA 1991	RURAL 1991	MASCULINA 1991	FEMININA 1991	TOTAL 1991
Araucária	21.647,00	3.461,00	17.382,00	7.726,00	25.108,00
Balsa Nova	858,00	1.863,00	2.150,00	571,00	2.721,00
Contenda	1.959,00	1.788,00	2.668,00	1.079,00	3.747,00
Lapa	8.017,00	8.392,00	11.676,00	4.733,00	16.409,00
Mandirituba	9.545,00	4.369,00	10.751,00	3.163,00	13.914,00
Quitandinha	905,00	3.918,00	4.067,00	756,00	4.823,00
Paraná	2.682.155,00	930.476,00	2.470.846,00	1.141.785,00	3.612.631,00

FONTE: IBGE (1991 e 2000)

NOTA: PEA 10 anos e mais

TABELA 3 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS - 2000

LOCALIDADE	URBANA 2000	RURAL 2000	MASCULINA 2000	FEMININA 2000	TOTAL 2000
Araucária	40.199,00	3.806,00	27.007,00	16.998,00	44.005,00
Balsa Nova	1.381,00	3.400,00	3.011,00	1.770,00	4.781,00
Contenda	3.265,00	3.639,00	4.156,00	2.748,00	6.904,00
Lapa	11.677,00	8.141,00	12.325,00	7.493,00	19.818,00
Mandirituba	2.860,00	4.504,00	5.038,00	2.326,00	7.364,00
Quitandinha	1.409,00	5.647,00	4.620,00	2.436,00	7.056,00
Paraná	3.822.259,00	829.571,00	2.806.543,00	1.845.287,00	4.651.830,00

FONTE: IBGE (1991 e 2000)

NOTA: PEA 10 anos e mais

A Tabela 4 mostra que 50,4 % da PEA, em 2000, encontrava-se empregada na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca. Ou seja, mais da metade da população economicamente ativa dedicava-se às atividades do meio rural.

TABELA 4 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA – 2000

ATIVIDADES ECONÔMICAS	NÚMERO DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	3113
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	4
Indústria de transformação	557
Construção	216
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	692
Alojamento e alimentação	127
Transporte, armazenagem e comunicação	330
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a	136
Administração pública, defesa e seguridade social	157
Educação	209
Saúde e serviços sociais	72
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	96
Serviços domésticos	392
Atividades mal definidas	76
Total	6177

FONTE: IBGE (2000)

Já em 2006, podemos observar uma evolução da participação das indústrias e do setor público na geração de empregos, mas os setores rurais ainda são representativos assumindo a quarta posição dentre as demais atividades apresentadas abaixo:

TABELA 5 - ATIVIDADE ECONÔMICA, ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA - 2006

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECIMENTO	EMPREGO
Administração pública direta e indireta	2	490
Indústria madeireira e mobiliário	3	600
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionalizantes, auxílio atividades econômicas	6	16
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	32	119
Comércio atacadista	14	49
Comércio varejista	58	211
Ensino	1	4
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, produtos similares e indústrias diversas	1	8
Indústria da madeira e do mobiliário	8	419
Indústria de extração de minerais	3	12
Indústria de materiais de transporte	1	5
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	3	35
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	67
Indústria mecânica	1	2
Indústria metalúrgica	4	73
Indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e materiais plásticos	7	80
Instituições de crédito, seguro e capitalização	5	22
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiofusão e televisão	24	87
Serviços médicos, odontológicos e veterinários		45
Transporte e comunicações	10	26
Total	185	2370

FONTE: MTE – RAIS (2006) apud PLANO DIRETOR (2008)

NOTA: Posição em 31 de Dezembro

2.5 SETORES PRODUTIVOS

Contenda foi e continua sendo um município essencialmente agrícola, cuja economia sempre se ressentiu da falta de indústrias. Inicialmente a produção era pautada nas matérias – primas como a erva-mate e a madeira, seguindo o próprio ciclo que ocorreu no Paraná. Foi a partir da década de 40 que a cultura de produtos agrícolas ganhou mais importância no cenário econômico de Contenda. A principal cultura era a da batata, tanto que esta lhe rendeu a alcunha de Capital da Batata, na década de 60 (MOREIRA, 1995). Ainda hoje, a produção de batata, apesar de menos expressiva, ainda é uma das culturas principais da cidade, dividindo seu

posto com a cultura de milho e com as culturas de cebola e feijão como dimensiona a Tabela 6 abaixo:

TABELA 6 - CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PRINCIPAIS PRODUTOS, NÚMERO DE PRODUTORES E RESPECTIVA ÁREA NO MUNICÍPIO DE CONTENDA - 2008

ATIVIDADES	PRINCIPAIS PRODUTOS	NÚMERO DE PRODUTORES	ÁREA TOTAL (ha)
Agricultura	Soja	199	2597
	Milho	1538	11170
	Feijão	1073	1658
	Tabaco	15	44
	Batata	1092	3160
	Cebola	624	1400
Silvicultura	Pinus	25	20
	Eucalipto	40	10
	Bracatinga	20	10
Extrativismo	Erva-mate	16	13,6
Fruticultura	Caqui	10	25
	Pêssego	6	10
	Pêra	4	5
	Ameixa	5	5
	Uva rústica	7	10
Horticultura		542	1148

FONTE: PMC (2008) apud PLANO DIRETOR (2008)

No que tange à área de Silvicultura, a plantação de Pinus é mais significativa na região e na Fruticultura, a produção de Caqui merece destaque. Na produção pecuária, destaca-se a pecuária leiteira e suinocultura sendo que a pecuária de corte não é tão significativa. A avicultura, no entanto, tem maior representatividade, cujo destino final é tanto o consumo próprio quanto a comercialização para o Frigorífico Da Granja, localizado no Distrito de Mariental, na Lapa (PLANO DIRETOR, 2008). Há predominância de pequenos produtores que maximizam o aproveitamento de suas terras, tanto no município de Contenda como nos municípios limítrofes.

No que tange aos produtos de origem animal, a produção de mel de abelha é muito significativa – 15 mil kg de mel em 2006, seguida pela produção de leite – 4,691 mil litros produzidos, ovos de galinha – 1040 dúzias e lã – 860 kg (PLANO DIRETOR, 2008).

No que tange ao setor de serviços, há pouco dinamismo local, pois quando há a necessidade de algum serviço mais específico ou até mesmo de algum produto diferente, a população já está acostumada a procurar nas cidades próximas, até

mesmo porque, durante a semana, a população já transita nas outras cidades cumprindo a jornada de seu emprego. Torna-se então mais fácil comprar o que se necessita em outras cidades, deixando apenas os suprimentos de primeira necessidade (como alimentos, por exemplo) para a cidade em que reside. Não há nenhuma iniciativa do poder local em estimular o consumo da população na própria cidade, para que, com a existência da demanda local, os empresários contendenses tenham oportunidade de investir e agregar mais valor aos seus produtos.

No setor industrial, há pouco comprometimento da Prefeitura na atração de novas indústrias, o que existe é uma política de isenção de impostos municipais por um período de até cinco anos (PREFEITURA, 2010), mas mesmo assim, a maioria das atividades comerciais da região são ligadas ao setor agropecuário.

Apesar da pouca significância quantitativa, as poucas indústrias instaladas no município são responsáveis pela maior agregação de valor, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 7 - VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) POR SETOR PRODUTIVO NO MUNICÍPIO DE CONTENDA (EM R\$1,00)

SETOR PRODUTIVO	2004	2005	2006
Primário	26.133.328,00	23.519.981,00	22.786.542,00
Secundário	51.165.578,00	28.899.931,00	26.730.035,00
Terciário	14.864.395,00	17.188.004,00	18.527.975,00
Total	92.163.301,00	69.607.916,00	68.044.552,00

FONTE: SEFA (2006) apud PLANO DIRETOR (2008)

Em 2004, o setor primário representou 28,34% do total, o setor secundário 55,48% do total e o terciário 16,12%. Em 2005, as representações foram de 33,75%, 41,48% e 24,67% respectivamente e já em 2006 foram 33,48%, 39,28% e 27,23% do total. Se compararmos o período analisado, percebemos uma tendência do aumento da participação do setor terciário em detrimento do setor industrial no que tange à geração de valor agregado para o município (PLANO DIRETOR, 2008).

2.6 RENDA

Analisando a evolução da renda per capita de Contenda entre os dois censos (de 1991 e 2000), percebe-se que houve um aumento, de R\$152,50 em 1991 para

R\$207,60 em 2000. A pobreza do município, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50 – valor equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (PLANO DIRETOR, 2008) – também diminuiu, passando de 48,4% em 1991 para 31,1% em 2000.

Há que se levar em consideração que também houve um aumento das transferências governamentais de 6,98% em 1991 para 13,19% em 2000 e das pessoas que possuem mais de 50% da renda advinda dessas transferências (de 4,43% em 1991, para 10,44% em 2000). Transferências essas que são representadas pelas aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio como renda mínima, bolsa-escola e seguro desemprego (PNUD, 2010). Ou seja, nem todo esse aumento de renda significa uma melhoria nos salários e oportunidades de renda, mas sim, do aumento do auxílio governamental à população. Como indicio, temos também que há a redução da renda proveniente dos rendimentos de trabalho, de 85,51% em 1991, passou para 67,87% em 2000.

Mas além da renda per capita, outra medida importante que auxilia a verificar a situação econômica dos indivíduos é o Índice de Gini. Como a renda per capita se trata de uma média, há a possibilidade de dissolver as rendas maiores entre todas as pessoas mesmo que nem todas essas pessoas tenham acesso à essa maior renda. Para medir corretamente as desigualdades de renda entre as pessoas, utilizamos esse Índice de Gini. Ele varia de 0 à 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade existente na sociedade. Se ele assumir o valor de 1, significa que toda a renda está concentrada na mão de uma pessoa. Inversamente, se o índice assume o valor absoluto de zero, significa que todos os indivíduos percebem a mesma renda. Esse índice para a cidade de Contenda, de 1991 e 2000 - 0,58 e 0,56 respectivamente, revela que a concentração de renda vem diminuindo. Isso se deve em parte ao fato de haver mais pequenos produtores em Contenda. A renda, dessa forma, fica distribuída entre eles e não concentrada nas mãos de poucos (PLANO DIRETOR, 2008).

2.7 PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma em termos monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um

período de tempo (PLANO DIRETOR, 2008). É um dos indicadores mais utilizados em macroeconomia para mensurar a atividade econômica de uma região.

Percebemos, de acordo com a Tabela 8, que o PIB per capita de Contenda vem evoluindo apesar de estar longe de cidades com a estrutura produtiva semelhante como Balsa Nova, que por sinal, também está acima da média paranaense.

TABELA 8 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA EM CONTENDA E MUNICÍPIOS VIZINHOS (R\$ 1,00) - 2000 A 2005

MUNICÍPIO	2003	2004	2005
Araucária	58.078,00	60.692,00	61.264,00
Balsa Nova	15.233,00	17.293,00	14.934,00
Contenda	6.381,00	7.181,00	7.154,00
Lapa	9.951,00	10.030,00	10.034,00
Mandirituba	7.116,00	7.983,00	8.428,00
Quitandinha	3.562,00	3.722,00	3.900,00
Paraná	10.935,00	12.080,00	12.339,00

FONTE: IBGE; IPARDES (2005)

Através da Tabela 9, percebemos que o ano em que houve maior variação do PIB foi de 2002 para 2003 (44,77%), sem contar que há maior representatividade do setor terciário no total do PIB e que o primário e o secundário alternam a segunda posição nos anos analisados.

Também percebemos que o PIB teve um crescimento superior ao PIB per capita. Esses dados podem ser melhor visualizados através dos Gráficos 1 e 2 que encontram-se abaixo.

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E DIVIDIDO POR SETORES E PER CAPITA (R\$1000,00) – 2002 - 2006.

INFORMAÇÕES	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	11.927,2	19.868,1	18.263,0	20.085,7	35.025,7
Indústria	12.291,5	19.720,9	27.270,0	22.060,7	21.301,7
Impostos	5.002,4	7.216,2	8.881,5	9.421,0	8.374,8
Serviços	32.667,8	42.793,9	48.041,7	52.118,5	60.933,3
PIB	61.888,9	89.599,0	102.456,2	103.685,9	125.635,4
PIB per capita	4.479,8	6.381,2	7.181,3	7.153,7	8.535,6

FONTE: IBGE e PLANO DIRETOR (2008) adaptado pelo o autor (2010)

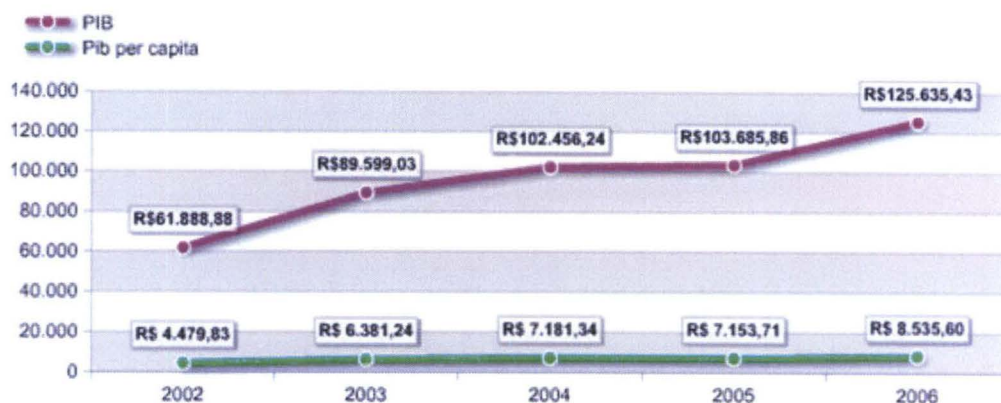


GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA E PIB TOTAL 2002 – 2006

FONTE: IBGE apud CNM, 2010

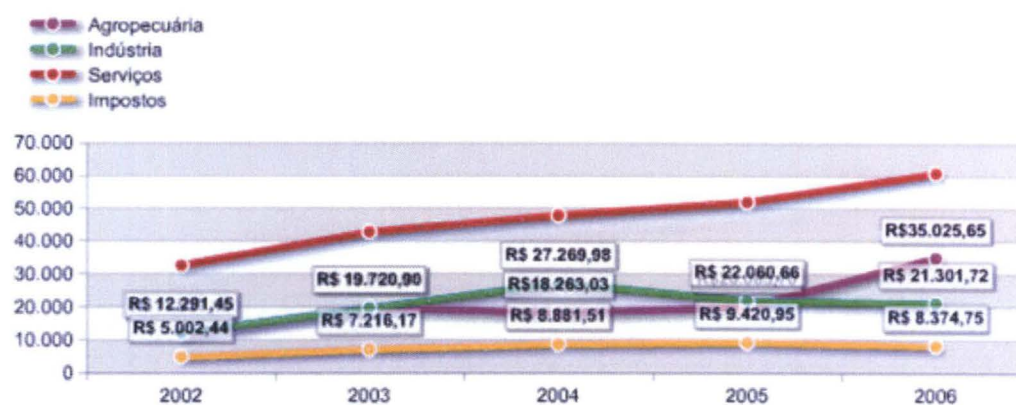


GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO PIB E PIB POR SETOR 2002 – 2006

FONTE: IBGE apud CNM, 2010

2.8 INDICADORES

2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e é um importante fator para avaliar a qualidade de vida dos indivíduos, pois faz uso de três dimensões: da renda (leva em consideração o PIB per capita), longevidade (utiliza como indicador a expectativa de vida) e educação (leva em conta a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos

ou mais de idade a taxa de matrícula bruta¹ nos três níveis de ensino) (PNUD, 2010).

O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais próximo deste último, é considerado melhor. Os valores podem ser classificados dentre os intervalos: de 0 a 0,499: IDH baixo, de 0,500 a 0,799: IDH médio e de 0,800 a 1: IDH alto (PNUD, 2010).

De acordo com essa metodologia da PNUD, o município de Contenda é considerado de médio desenvolvimento sócioeconômico (o IDH é 0,761). Na Tabela 10 temos o IDH do município dos anos de 1991 e 2000, e percebemos uma tendência a melhora, pois houve um aumento não somente no IDH municipal, mas em todos os outros três componentes principais desse índice. Mas mesmo assim, Contenda ainda ficou abaixo da média paranaense e brasileira. Sua classificação dentre os 399 municípios do Estado foi de 121^a lugar e nacionalmente, ficou na 1544^o posição.

TABELA 10 - TABELA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) EM CONTEDE E MUNICÍPIOS VIZINHOS - 1991 E 2000

MUNICÍPIO	IDH - M 1991	IDH - M 2000	IDH - M RENDA 1991	IDH - M RENDA 2000	IDH - M LONGE- VIDADE 1991	IDH - M LONGE- VIDADE 2000	IDH -M EDUCA- ÇÃO 1991	IDH -M EDUCA- ÇÃO 2000
Contenda	0,68	0,761	0,612	0,663	0,671	0,768	0,758	0,852
Araucária	0,715	0,801	0,646	0,689	0,702	0,813	0,796	0,901
Balsa Nova	0,708	0,781	0,603	0,662	0,748	0,813	0,773	0,869
Mandirituba	0,68	0,76	0,58	0,68	0,717	0,765	0,743	0,836
Lapa	0,678	0,754	0,601	0,683	0,666	0,716	0,766	0,863
Quitandinha	0,611	0,715	0,53	0,625	0,627	0,695	0,677	0,825
Paraná	0,711	0,787	0,678	0,736	0,678	0,747	0,778	0,879
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849

FONTE: PNUD (2003)

¹ Taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino — relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). Metodologia utilizada para o cálculo dos índices nesta seção. Para mais detalhes sobre metodologia atualizada, consultar Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, disponível em: www.pnud.com.br.

A média de evolução do IDH-M foi de 11,9%, acima da média do Brasil de 10,0% e do Paraná, de 10,7%. Nesse período também foi reduzido em 25,3% o hiato de desenvolvimento humano - que é a distância entre o IDH do município e o limite máximo do índice, igual a 1 (PLANO DIRETOR, 2008).

O índice referente à Educação aumentou 12,4% de 1991 a 2000, sendo superior à média do Brasil. A média de anos de estudo da cidade é de 4 anos (CNM, 2010) e podemos observar que a taxa de analfabetismo, apesar de ainda significativa, vem sendo reduzida, conforme está demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 11 - PERCENTUAL DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE CONTENDA 1996 – 2000

FAIXAS ETÁRIAS	1996(%)	2000 (%)
De 15 a 19 anos	1,8	1,7
De 20 a 24 anos	2,1	1,6
De 25 a 29 anos	2,3	2,1
De 30 a 39 anos	5	3,9
De 40 a 49 anos	9	7
De 50 e mais	18,3	20

FONTE: INEP/MEC apud CNM (2006)

O índice de longevidade evoluiu 14,5% nos anos analisados e ficou acima não só da média brasileira (9,8%) como também da paranaense (13,0%), sendo que a expectativa de vida ao nascer é de 71,09 anos (IBGE, 2000).

Já o índice de renda, apesar de estar abaixo da média do Paraná e do Brasil, teve um incremento de 8,33% de 1991 para 2000.

2.8.2 Índice Firjan

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado pelo Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) para acompanhar a evolução dos municípios. Considera com igual ponderação as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber: Emprego e Renda, Educação e Saúde². Os

² Para mais detalhes, consulte www.firjan.org.br

critérios de análise estabelecem quatro categorias : baixo (de 0 a 0,4), regular (de 0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (de 0,8001 a 1). Esse índice distingue-se por ter periodicidade na anual, recorte municipal e abrangência nacional, com defasagem de três anos – diferentemente do IDH – M, criado pela Organização das Nações Unidas, que se baseia em dados do censo demográfico, realizado a cada 10 anos. Abaixo têm-se os valores deste índice para os anos mais recentes que ele foi calculado:

TABELA 12 – ÍNDICE FIRJAN 2005 - 2007

ANOS	IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
2005	0,7015	0,6152	0,7253	0,7638
2006	0,6447	0,4244	0,709	0,8008
2007	0,6772	0,467	0,726	0,8386

FONTE: O autor (2010) baseado em dados obtidos em FIRJAN (2010).

Percebe-se que a cidade não evoluiu muito nos índices, pelo contrário, em 2002, Contenda estava em 137º lugar e em 2007, ocupava a 229º posição. Um fato que influenciou negativamente nesse resultado foi a piora no índice “Emprego e Renda”.

2.8.3 Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal

O Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal (IPDM) avalia a situação dos municípios paranaenses, considerando com igual ponderação as áreas de: emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. O índice varia de 0 a 1 e é classificado da forma que se segue: se for de 0 a < 0,4 o município é considerado de baixo desenvolvimento, de 0,4 a < 0,6 - médio baixo, de 0,6 a < 0,8 – médio e de 0,8 a 1 – alto.

Analisando os dados referentes ao município de Contenda, organizados na Tabela 13, percebemos que ele situa-se na faixa de médio baixo desempenho, ocasionado principalmente pelo índice de Trabalho e Renda, confirmando a análise do índice Firjan.

TABELA 13 - ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2007

INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Trabalho e Renda	0,3286
IPDM – Educação	0,6117
IPDM – Saúde	0,7116
Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5506

Fonte: IPARDES (2010)

2.9 RECEITAS

O Gráfico 3 ilustra a distribuição das principais receitas de Contenda. Percebemos que as receitas provenientes de Transferências representam grande parte da totalidade, sendo que a tributária teve pouca alteração no período analisado. Pode ser um indício da inadimplência dos setores produtivos, principalmente terciário, uma vez que não há ações da Prefeitura que visem à conscientização da população em regularizar sua situação fiscal – apesar da sonegação, principalmente dos pequenos comerciantes, existir (PLANO DIRETOR, 2008).

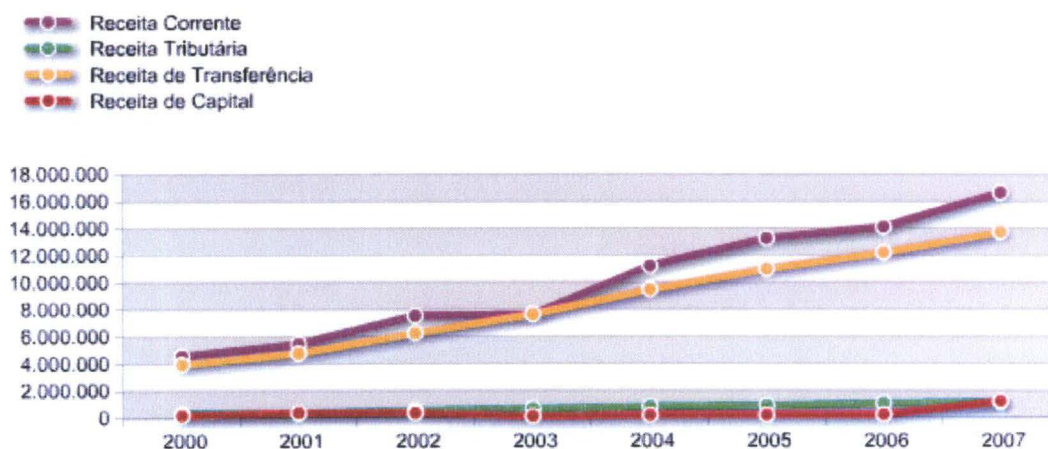


GRÁFICO 3 – RECEITAS SEPARADAS POR CATEGORIA – ANO

FONTE: SECRETARIA TESOUREO NACIONAL/CNM apud PLANO DIRETOR, 2008

Das transferências, que são muito representativas para a cidade, podemos destacar como mais significativa o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com 42,3% do total e a Cota-Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com 18,5%, repassados respectivamente pela União e pelo Estado do Paraná (PLANO DIRETOR, 2008).

O repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) também merece destaque, pois apesar de trazer recursos de mais de um ente federado e se classificar como uma transferência multigovernamental, tem um forte impacto nas contas do município, representando 12,1% do total.

2.10 DESPESAS

No que tange às despesas do município, percebe-se que estas são inferiores à receita, ou seja, há superávit nas contas de Contenda. No quadro abaixo, temos a representação destas para os anos de 2000 a 2007.

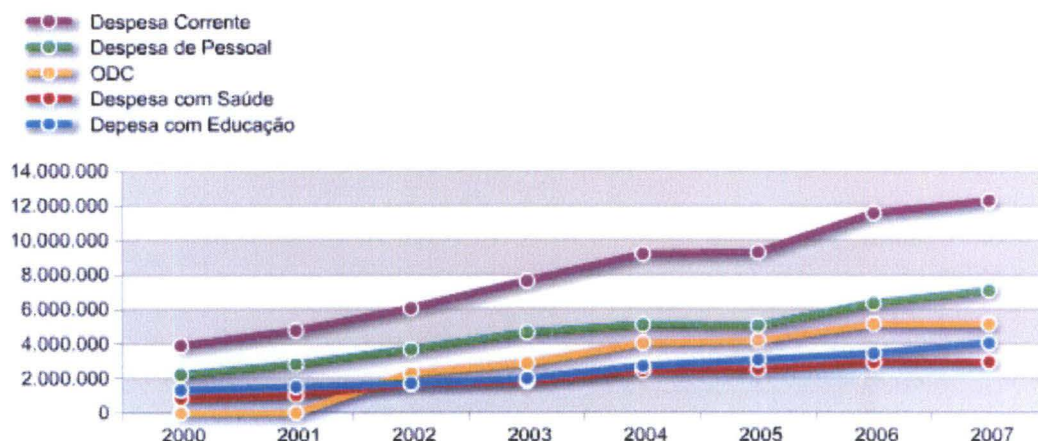


GRÁFICO 4 – DESPESAS SEPARADAS POR CATEGORIAS – ANO

FONTE: SECRETARIA TESOUREIRO NACIONAL/CNM apud PLANO DIRETOR, 2008

As principais despesas remontam à educação e saúde, juntas, representaram mais de 59,8% das despesas de 2007.

Outra observação importante é que o município em questão respeita os mínimos que devem ser investidos em Educação (25% de suas receitas arrecadadas com impostos e transferências) na maioria dos anos entre 2002 e 2007,

excetuando-se apenas o ano de 2003. Em Saúde, o mínimo de 15% das receitas também é respeitado nos anos analisados. Podemos observar estas informações na tabela abaixo:

TABELA 14 - CÁLCULO DOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO PARA APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA DESPESAS REALIZADAS E ESTIMADAS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA (EM R\$1,00) - 2002 A 2007

DESCRIÇÃO	REALIZADO					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Base de Cálculo do Mínimo Legal para Educação	6.813.019,5	8.413.530,0	9.417.000,0	11.941.000,0	13.414.884,7	14.928.095,0
Mínimo Legal Educação Despesas com Educação	1.703.254,9	2.103.382,5	2.354.250,0	2.985.250,0	3.353.721,2	3.732.023,8
% a Maior ou Menor que o Mínimo Legal	9,31%	-5,72%	14,77%	2,34%	2,15%	8,68%
Base de Cálculo do Mínimo Legal para Saúde	4.643.061,8	5.995.263,0	6.811.000,0	8.852.000,0	9.876.603,6	11.200.629,7
Mínimo Legal para Saúde	1.160.765,5	1.498.815,8	1.702.750,0	2.213.000,0	2.469.150,9	2.800.157,4
Despesas com Saúde	1.654.638,60	1.823.000,0	2433000	2.508.000,0	2.931.035,5	2.962.264,8
% a Maior ou Menor que o Mínimo Legal	42,55%	21,63%	42,89%	13,33%	18,71%	5,79%

FONTE: Anexos da Lei Municipal do Plano Plurianual e informações do departamento de Contabilidade da Prefeitura de Contenda apud PLANO DIRETOR, 2008

2.11 SERVIÇOS BÁSICOS E INFRAESTRUTURA

Uma das deficiências mais aparentes em Contenda no que tange aos serviços básicos é a carência de um sistema de coletor de esgoto. Além disso, o sistema atual adotado não é o mais adequado. Conforme podemos observar na tabela abaixo, a maioria das residências (49,39%) utilizam a fossa rudimentar como meio de esgotamento sanitário, sendo que apenas 19,63% adotam a fossa séptica. São estatísticas preocupantes, pois as formas de esgotamento utilizadas na maioria das residências além de causarem sérios danos ao meio ambiente, também prejudicam a saúde, facilitando a proliferação de doenças.

TABELA 15 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NAS ÁREAS URBANA E RURAL POR TIPO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2000

ÁREA	REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL	FOSSA SÉPTICA	FOSSA RUDIMENTAR	VALA	RIO, LAGO OU MAR	OUTRO ESCOADOURO	NÃO TINHAM BANHEIRO NEM SANITÁRIO	TOTAL
Urbana	60	1793	2946	229	877	308	83	6296
Rural	41	796	3568	427	159	1390	512	6893
Total	101	2589	6514	656	1036	1698	595	13189

FONTE: IBGE (2000)

No que tange à infraestrutura, Contenda possui muitas ocupações irregulares. Essas edificações são normalmente precárias e tornam as pessoas vulneráveis aos perigos naturais como enchentes e desmoronamentos. Estima-se que 620 famílias estejam vivendo dessa forma, localizadas tanto nas periferias, como também no centro urbano. Isso caracteriza um dos problemas a se enfrentar no curto prazo para impedir que o aumento da população seja acompanhado do aumento destas ocupações sem infraestrutura.

De uma forma geral podemos resumir Contenda como um município ainda agrícola, apesar dessa tendência vir se reduzindo com o passar dos anos. A PEA que em 2000, encontrava-se mais da metade empregada em atividades do meio rural, em 2006 assume mais posições no setor público e industrial (IBGE, 1991 e 2000).

O PIB do município foi de aproximadamente R\$125 milhões em 2006, sendo que o setor mais representativo foi o de serviços. O setor primário, segundo colocado com maior participação do PIB, é baseado na cultura de grãos como milho, soja e feijão, e também da batata (PLANO DIRETOR, 2008).

A renda per capita dos contendenses era, de acordo com o Censo de 2000, R\$207,60 e a pobreza no município afligia 31,1% da população, com 10,44% tendo mais de 50% de sua renda advinda de transferências.

Contenda possui um IDH de 0,761 (PNUD, 2000), considerado de médio desenvolvimento econômico. O pior índice foi o IDH – Renda, cujo valor é de 0,663. Na análise do Índice Firjan, dados de 2007, o município conquistou o valor 0,677, sendo que o índice “emprego e renda” também foi o que menos contribuiu (0,467). E, de acordo com o IPDM (IPARDES, 2007), Contenda é considerada de médio-baixo desenvolvimento, com um valor de 0,555 e mais uma vez o índice responsável pela mensuração de “trabalho e renda” foi o que mais contribuiu negativamente com o valor 0,3286. Percebe-se desta forma que um dos principais problemas é a geração de emprego e renda no município, o que, teoricamente deveria representar um dos principais pontos a ser tratado pelo Plano Diretor.

Outros pontos discutidos e que merecem reforço é a existência de ocupações irregulares no município e este não ser beneficiado com um sistema de esgoto. Há ainda o fato de, apesar do município estar superavitário, a maioria das receitas são provenientes de transferências, como do Fundo de participação dos Municípios, e a minoria de tributos municipais, o que denota uma inadimplência significativa e a falta de uma estrutura tributária e financeira mais eficiente.

3. PLANO DIRETOR

A idéia do Plano Diretor existe no Brasil, desde 1930. Nesse ano foi publicado o Plano Agache, elaborado pelo urbanista francês que leva o mesmo nome do plano, para a cidade do Rio de Janeiro. Nesse plano, a palavra “plan directeur” aparece pela primeira vez. (VILLAÇA, 2005).

A obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor Municipal foi imposta pela Constituição Federal de 1988, artigo 182 § 1º, e na Legislação Federal através da Lei 10.257/ 01, popularmente conhecida como Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade reúne instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir a efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pleno desenvolvimento das funções sociais (PLANO DIRETOR, 2008).

O Estatuto da Cidade ainda define que as diretrizes e prioridades municipais deverão ser incorporadas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei do Orçamento Anual (LOA) em um horizonte de cinco anos (PLANO DIRETOR, 2008). Essas diretrizes deverão ser adaptadas à Lei Orgânica Municipal (LO) e demais instrumentos legais do município, aos planos setoriais e à capacidade de investimento e de endividamento municipal (PLANO DIRETOR, 2008).

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação adequada do município, determinando aquilo que deve e o que não deve ser feito em cada parte do mesmo (SABOYA, 2007) orientando também as prioridades de investimento. Deve ser um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, demonstre um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999). Esse plano deve abordar todos os problemas que sejam da competência do município e servir de base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano converjam pra os objetivos traçados no plano (SABOYA, 2007).

Através do estabelecimento de princípios, diretrizes e normas, o plano deve fornecer orientações para as ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento urbano. Essas ações podem ser desde a abertura de uma nova avenida, até a construção de uma nova residência, ou a implantação de uma estação de tratamento de esgoto, ou a reurbanização de uma favela. Essas ações, no seu conjunto, definem o desenvolvimento da cidade, portanto é necessário que elas sejam orientadas segundo uma estratégia mais ampla, para que todas possam trabalhar, na medida em que for possível, em conjunto na direção dos objetivos consensuados (SABOYA, 2007).

O plano diretor tem uma característica eminentemente política. Comumente, passa a impressão de ser um produto técnico, de difícil elaboração e entendimento por leigos, devendo sua elaboração estar a encargo de especialistas e isenta ao máximo do agente político. A técnica tem sim um papel importante na execução do plano, mas não é tudo. Afinal, um plano bem elaborado tecnicamente mas inviável politicamente, não será executado. O mesmo vale para o inverso, as propostas podem ser justas politicamente, mas se não tiverem viabilidade técnica, não serão implementadas. (BRAGA, 1995)

Outra característica importante de um plano diretor é o aspecto da transparência. Um de seus objetivos é dar transparência à política urbana, uma vez que o plano é explicitado num documento público, numa lei municipal. Ele torna públicas e claras as diretrizes e prioridades do crescimento urbano, disponíveis para as críticas e contribuições dos agentes sociais (BRAGA, 1995).

O Plano Diretor também é conhecido como Plano Diretor Participativo, pois por se tratar de uma lei municipal específica, cujo objeto é o planejamento municipal através de atividades do Poder Público que envolvem tanto pessoas jurídicas como físicas, é essencial considerar os anseios da população na sua elaboração. Dessa forma, ele será mais próximo da realidade e poderá ser executado com sucesso. Essa democratização do Plano é, em tese, garantida pela própria constituição federal, que estabelece a participação das entidades representativas da sociedade no processo de planejamento municipal – artigo 29, inciso X (BRAGA, 1995).

O conteúdo do Plano deve ser determinado de acordo com as características socioeconômicas, políticas e geográficas do município, dentro dos critérios básicos estabelecidos constitucionalmente. Isso envolve estabelecer as normas básicas da

política de desenvolvimento e expansão urbana, situada dentro dos seguintes tópicos: uso do solo urbano, expansão urbana, parcelamento do solo urbano, saneamento básico, habitação e transportes urbanos. Os problemas pertinentes à zona rural também podem ser contemplados, uma vez que muitos municípios obrigados a elaborar seu plano possuem características mais rurais que urbanas (BRAGA, 1995).

Cabe lembrar que antes da vigência do Estatuto das Cidades, o Plano Diretor era obrigatório para municípios cuja população ultrapassasse 20 mil habitantes. Agora, também é exigido para as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e cidades integrantes de áreas especiais de interesse turístico, bem como as que possuem em seus limites territoriais empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, como usinas hidrelétricas.

No Paraná, a exigência vale para todos os municípios que desejam se habilitar aos convênios de financiamentos de obras e ações de infraestrutura, equipamentos e serviços disponibilizados pelo Governo do Estado, conforme a Lei Estadual nº 15.229/2006 de 26 de julho de 2006 (MINISTÉRIOS DAS CIDADES, 2010).

3.1 PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONTENDA

O Plano Diretor de Contenda ficou sob a responsabilidade da empresa HARDT Planejamento com a participação de uma equipe de funcionários da Prefeitura e de participantes da sociedade civil local. O principal motivo da participação popular é o fato dela conhecer mais a realidade do local em que vive do que qualquer outro agente, tanto que é considerada fundamental pelo Estatuto da Cidade.

A participação da comunidade foi permitida por meio de audiências públicas e de reuniões realizadas com entidades de classe, representantes de instituições, representações rurais e sociedade civil organizada (PLANO DIRETOR, 2008). Mas ao analisar as atas das audiências, percebe-se que apesar da Prefeitura fazer a divulgação através de faixas defronte a sede da Prefeitura e em jornais locais, a participação da comunidade foi baixa.

O Plano Diretor de Contenda tem como meta alocar os recursos do município de forma a gerar melhoria na qualidade de vida baseada na oferta de emprego, distribuição de renda e na oferta de serviços públicos (PLANO DIRETOR, 2008).

As etapas de elaboração do Plano Diretor contemplaram a coleta de dados, informações numéricas e qualitativas do município, permitindo uma visão das condicionantes, deficiências e potencialidades locais. Dessa forma foram definidas as diretrizes e propostas para as ações a curto, médio e longo prazo, bem como o plano de ações e investimentos municipal – que deverá ser implementado de acordo com as necessidades a serem atendidas durante os próximos 10 anos.

As informações apresentadas no diagnóstico do município são interrelacionadas a partir da análise temática integrada, utilizando a metodologia de determinação dos condicionantes (elementos existentes que podem ou não ser alterados), deficiências (elementos para os quais devem ser adotadas ações para sua prevenção, minimização ou correção) e potencialidades (elementos passíveis de melhor utilização).

No quadro abaixo, encontram-se algumas das principais conclusões do Plano Diretor de Contenda do ano de 2008. Não cabe aqui apresentar todas, mas citar algumas daquelas que têm maior relevância e influência na área de desenvolvimento municipal e econômico, a saber: infraestrutura e serviços municipais, setores produtivos e estrutura administrativa.

		DIAGNÓSTICO		
		CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E MUNICIPAIS	SANEAMENTO		existência de projetos para implantação de rede de coleta e tratamento de esgoto	inexistência de sistema de coleta e tratamento de esgotos
			existência de rede de drenagem	existência de pontos críticos sujeitos a alagamentos nas localidades Meretka, Mochinski e nas proximidades do Rio Santo Antonio e da BR 476
				carência de sistema de drenagem em certas ocupações irregulares
				ocorrência de erosão nas margens das vias
	CIRCULAÇÃO E TRANSPORTE	BR 476 - ligação entre Curitiba, Lapa, São Mateus do Sul e União da Vitória	previsão de duplicação da BR 476 - 2008/2009 (Caminhos do Paraná)	presença de vendedores ambulantes de batata na faixa de domínio da BR 476
		atendimento do serviço de transporte coletivo intermunicipal	projeto de terminal de transporte na Rua Francisco Sotel Cordeiro esquina com a rodovia BR-476	inexistência de terminal de transporte
		sistema viário da sede	vias urbanas com boa condição de trafegabilidade	
	SAÚDE			carência de profissionais nas unidades de saúde
			existência de convênios com Guarapuava e Curitiba para realização de consultas especializadas	carência de médicos especialistas
	EDUCAÇÃO		ampla rede escolar (urbana e rural)	necessidade de adequação da infraestrutura de algumas escolas
SETORES PRODUTIVOS	relevo	predominância de pequenas propriedades rurais	necessidade de maior apoio à atividade rural	
	economia baseada principalmente no setor primário	projetos para o desenvolvimento da fruticultura	necessidade de maior assistência técnica e capacitação para os agricultores e produtores rurais	
		existência de cooperativas	necessidade de maior apoio à implantação de agroindústrias	
	potencial paisagístico natural como as corredeiras sobre laje e saltos no rio do cacho		falta de infraestruturas para empresas	
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	disponibilidade financeira		carência de estrutura de fiscalização (ambiental, urbanística, tributária)	
			inadimplência do pagamento de tributos municipais	
			sonegação fiscal (baixa emissão de notas fiscais)	

QUADRO 1 – PRINCIPAIS CONDICIONANTES, POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E MUNICIPAIS, DOS ASPECTOS SOCIECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CONTENDA

FONTE: O autor (2010) baseado em PLANO DIRETOR, 2008.

O Quadro 2 apresenta parte do Plano de Ações para o município de Contenda, resumindo-o àquelas que tenham relação com as diretrizes acima já definidas com base nos assuntos mais correlacionados aos interesses deste trabalho. As prioridades definidas são previstas para realização em até: próximos três anos (alta), cinco anos (média) e entre cinco e dez anos (baixa) (PLANO DIRETOR, 2008).

DIRETRIZES			AÇÕES	PRIORIDADE		
POLÍTICAS	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta
SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL	ESTRUTURAÇÃO HABITACIONAL	regularização da ocupação	elaborar um plano de regularização fundiária identificando os tipos de irregularidades existentes em Contenda e indicando as ações necessárias para promover a regularização destas áreas			
			identificar as ocupações em área de risco e estabelecer as ações para realocação destas famílias e recuperação da área anteriormente ocupada			
OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SISTEMA VIÁRIO	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO URBANA	manutenção e pavimentação do sistema viário	necessidade de manutenção/pavimentação de vias urbanas			
			elaborar um plano de ação para pavimentação/manutenção de vias no prazo de dois anos			
OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO	estruturação do sistema de esgotamento sanitário	implantar rede coletora de esgoto			
		estruturação do sistema de drenagem superficial nas estradas rurais	executar bigodes, caixas de contenção ou outros que se fizerem necessários para o escoamento das águas pluviais na área rural executar readequação das estradas rurais e cascalhamento das mesmas			
OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS	ESTRUTURAÇÃO NO SISTEMA DE SAÚDE	melhoria dos equipamentos e serviços de saúde	ampliar quadro de profissionais nas unidades de saúde			
	ESTRUTURAÇÃO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	melhoria dos equipamentos e serviços de educação	construir escola estadual com 8 salas reformar e ampliar unidades escolares			
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DINAMIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO	programa de apoio à agricultura familiar	estabelecer treinamentos periódicos para agricultores, para a gestão da produção agrícola e conscientização ambiental			
	DINAMIZAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL	promoção de atividades agroindustriais	estimular implantação de agroindustrias			
	DINAMIZAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO	promoção dos comércios e serviços	alugar barracão para mercado municipal			
	DINAMIZAÇÃO DO TURISMO	formatação e promoção dos produtos turísticos	elaborar plano de estruturação do turismo			
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	OTIMIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	estruturação administrativa	criar estruturas de Fiscalização Urbanística e Ambiental			
		estruturação tributária e financeira	criar equipe de fiscalização tributária			
			criar programas de incentivos ao pagamento de impostos			
			criar ações que estimulem a emissão de notas fiscais pelos comerciantes e produtores rurais			

QUADRO 2 – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS PARA GESTÃO DE INFRAESTRUTURA, SOCIOENÔMICA E INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE CONTENDA

FONTE: O autor (2010) baseado em PLANO DIRETOR, 2008

Através da análise dos Quadros 1 e 2, percebe-se que houve uma preocupação do Plano Diretor em estabelecer uma ação para cada deficiência abordada no Diagnóstico. Os principais pontos selecionados foram: falta de saneamento, ocupação irregular, adequação da infraestrutura de circulação urbana, necessidade de melhorias na saúde e educação, propostas de dinamização dos setores produtivos bem como opções para a otimização da administração pública. A execução das propostas para esses pontos será avaliada no próximo capítulo.

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR

Quando nos referimos ao desenvolvimento econômico de uma região, é necessário estar ciente que desenvolvimento trata-se de um conceito mais abrangente que o crescimento econômico. O último geralmente envolve variações quantitativas do produto, da renda, sendo que o primeiro pressupõe melhorias não só quantitativas mas qualitativas nos indicadores sociais, econômicos - como emprego, qualidade de vida, educação e saúde, por exemplo. Desta forma, a atenção deste trabalho foi focada para os resultados do Plano Diretor que possuem correlação com o desenvolvimento e não somente com o crescimento de Contenda, ou seja aqueles que *“promovem o dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida da população”*. (BUARQUE, 1999, p. 9).

De uma forma geral, de acordo com os dados apresentados no início deste trabalho, podemos caracterizar Contenda como uma cidade cuja geração de renda é em grande parte dependente da agropecuária. Apesar da evolução da indústria, a agropecuária ainda é mais representativa no que tange aos empregos da região. Apesar de figurar no Plano Diretor o estímulo aos agricultores, promoção de treinamentos e assistência técnica, não há porém nenhum programa efetivo que execute essa função. Por exemplo, a criação de um Mercado Municipal foi sugerida no Plano Diretor, o que ajudaria a dinamizar o setor e seria uma alternativa de alocação para os comerciantes de batata junto à BR 476 - que devido à duplicação foram expropriados. No entanto, não existe ainda um projeto específico para sua realização.

Não parece haver também grande comprometimento no auxílio aos empreendedores da região, nem programas que sejam destinados à orientação e auxílio técnico dos mesmos. Há apenas um mecanismo de incentivo fiscal quando se trata da instalação de uma indústria, sendo que esta fica isenta do pagamento dos tributos municipais por 5 anos.

A análise tanto do IDH quanto do Índice Firjan e IPDM, confirmam a necessidade de uma preocupação maior com a geração de emprego e renda da população, pois são nesses índices que se encontraram os valores mais ínfimos, no caso do IDH, até mesmo menor que a média paranaense. Reitera-se então a necessidade de investimentos em programas que capacitem as pessoas para o

emprego - pois a média de anos de estudo do município é de 4 anos - e que facilitem a colocação das mesmas no mercado de trabalho tanto agrícola quanto industrial além de investir na geração desses empregos.

Outra questão importante para o município é a fiscal. Conforme o próprio Plano Diretor descreve, há inadimplência dos comerciantes da região e também baixo índice de emissão de notas fiscais. Mas mesmo assim, Contenda carece de programas que estimulem o pagamento dos tributos, de ações que demonstrem para a sociedade a importância de mudar essa atitude, e de equipes especializadas que assessorem os empresários. A única prática em vigência é a facilitação do pagamento de dívidas atrasadas. Após certo período de inadimplência, a Prefeitura oferece a oportunidade de pagar a dívida fiscal com desconto de 70% das multas, juros e correções monetárias para pagamento à vista ou 50% de abatimento para pagamento a prazo. Mas ações que evitem essa inadimplência, como já exposto, ainda não existem.

É importante desenvolver essa capacidade do próprio município gerar receita, pois principalmente no caso de Contenda, observa-se que as transferências governamentais são muito representativas.

Outra área abordada pelo Plano Diretor é a saúde que recebe o rótulo de prioridade baixa. Atualmente, faltam médicos especialistas no município, conforme o próprio Plano Diretor identifica. Tratamentos mais específicos requerem que os pacientes sejam transferidos para outras regiões. Isso contribui não só para o inchaço no serviço público de saúde em cidades maiores, como para, muitas vezes, o aumento do tempo de espera de um atendimento. Não foram identificadas ações que visem à solução dessa necessidade. No Plano Diretor, figura apenas a proposta de ampliar o quadro dos funcionários futuramente.

No que tange à educação, foi identificada a necessidade de reformas e ampliação nas escolas já existentes, o que vem sendo realizado de fato. A construção de uma nova escola já foi iniciada. Há porém, a questão do analfabetismo, não contemplada pelo Plano Diretor, mas cujo índice - 9,05% da população acima de 25 anos ou mais não sabem ler nem escrever um bilhete simples (CNM, 2010), está acima da média para a mesma idade de cidades

próximas como Araucária (7,07%) ou Curitiba (4,13%), de acordo com dados da Confederação Nacional de Municípios.

Identifica-se também, no Plano Diretor, a falta de saneamento na cidade, que é um importante fator na qualidade de vida da população e um condicionante básico para propiciar o desenvolvimento de uma região, tanto por questões de saúde como de própria organização da infraestrutura básica. Foi estabelecida uma prioridade alta na implantação da rede coletora de esgoto e de acordo com o Plano Diretor e a Sanepar, Contenda está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Saneamento) que é financiado com recursos do BNDES para melhoria do atendimento à saúde com a implantação de redes de esgoto (PLANO DIRETOR, 2008).

Esse projeto seria viabilizado em duas etapas. A primeira implantaria 24,38 km de rede (entre 2007 e 2016) e a segunda 33,12 km de rede (entre 2017 e 2026), No entanto, ainda não há indício de que o programa esteja em fase de obras.

Outro ponto abordado pelo Plano Diretor é a adequação da infraestrutura, tanto viária quanto habitacional. Foram estipuladas ações que visam à melhoria do sistema de drenagem das ruas, bem como à manutenção/pavimentação destas. Foi também identificada a necessidade da implantação de uma rodoviária e a duplicação da BR 476, um meio importante para o escoamento da produção agrícola de Contenda. Tanto a rodoviária quanto a duplicação da BR 476 estão sendo realizadas. A primeira, cujos recursos foram provenientes do governo, já está concluída faltando apenas a data para inauguração e a segunda, executada pela concessionária Caminhos do Paraná, está em avançado processo de obras.

No que tange à infraestrutura viária, apesar de figurar como prioridade alta no Plano Diretor e de realmente existirem algumas ruas em péssimo estado de conservação, são poucas as medidas concretas sobre esse assunto. O que existe da parte municipal são projetos de pavimentação e reestruturação, mas ainda não teve início nenhuma obra. É uma área que ainda não teve sua devida importância reconhecida, pois como será possível a expansão de uma cidade e seu desenvolvimento se os equipamentos urbanos não evoluírem em conjunto?

No que tange à área habitacional, a existência de ocupações irregulares e a necessidade de lidar com o problema é percebida pelas autoridades locais. Não há, porém, projetos em execução que visem à regularização dessa situação, mas há algumas iniciativas em andamento. Está em fase de elaboração o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, um programa do governo federal que visa à construção de casas populares para famílias carentes. É uma saída para a construção de casas que tanto possam atender aos mais carentes quanto àqueles que estão em situação irregular, porém, como já foi exposto, ainda cabe um estudo mais detalhado sobre a abrangência e a efetividade que este programa irá propiciar.

Contenda ainda tem potencial turístico como uma opção de geração de renda, porém, ainda não há infraestrutura nem projeto específico a respeito ou um plano turístico como previsto no Plano Diretor. A prioridade definida não foi alta, mas é uma opção para o desenvolvimento da cidade.

De uma forma geral, transcorrido dois anos da elaboração do Plano Diretor municipal, nem todo seu texto foi considerado para a elaboração das políticas municipais. A construção da Câmara de Vereadores, por exemplo, não constava no Plano Diretor e já está praticamente concluída. É bem verdade que o Plano é um instrumento recente para a cidade, mas assim como este levou tempo para ser elaborado e pensado, qualquer uma das políticas nele apresentadas também levarão tempo para serem implementadas. Desta forma, o quanto antes a Prefeitura tomar iniciativa para dar seguimento ao Plano Diretor em sua totalidade para o desenvolvimento da cidade, melhor.

No entanto, não se identifica nenhum instrumento de controle ou verificação do Plano Diretor. Apesar de ser uma lei, se não há um órgão ou uma entidade que se responsabilize por seu monitoramento e acompanhamento, como ter a garantia que o Poder Público municipal executará aquilo que lhe cabe no Plano?

A existência de um órgão ou até mesmo de uma equipe municipal que fosse responsável não só pela avaliação do encaminhamento das ações previstas no Plano, mas também preparada para auxiliar na execução das mesmas, talvez auxiliasse o município a colocar em prática aquilo que foi determinado no Plano. Ainda mais por ser tratar de uma cidade pequena em que nem todos os aparatos

municipais são desenvolvidos e que muitas vezes vários cargos se acumulam na figura de uma mesma pessoa, ou às vezes são delegados por favoritismo sem se levar em conta as habilidades do escolhido para o cargo, uma equipe preparada para orientar as ações públicas seria de grande valia.

Há que se considerar ainda se o Plano Diretor realmente está incorporado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual, uma vez que também trata-se de uma forma de verificar se aquilo que está previsto no Plano, consta no cronograma financeiro da Prefeitura.

Outra parte essencial nessa tarefa é a participação popular, importante tanto no auxílio da elaboração, execução e também verificação do andamento do Plano Diretor. Mas como a população pode cobrar a realização de algo, se não souber que existe? Ressalta-se novamente então a necessidade da comunidade participar e a importância da divulgação do Plano Diretor e de suas diretrizes. Conscientizar a população é o melhor caminho para que ela, ciente da existência do Plano e de sua importância, auxilie no processo de implantação e também de verificação do mesmo.

5. CONCLUSÕES

Contenda, apesar de possuir um Plano Diretor que teoricamente serviria de guia para o desenvolvimento e organização da cidade, ainda não se utiliza plenamente deste instrumento para a elaboração de suas políticas.

Dois anos após a elaboração de seu Plano Diretor, cuja meta principal é alocar os recursos do município de forma a gerar melhoria na qualidade de vida baseada na distribuição de renda, oferta de emprego e de serviços públicos (PLANO DIRETOR, 2008), percebe-se que esses assuntos ainda carecem de políticas eficazes para seu desenvolvimento.

Sendo Contenda um município eminentemente agrícola, seria cabível a elaboração de políticas que estimulassem essa área sem, no entanto, ignorar as demais atividades existentes no setor industrial e de serviços que fortalecem a geração de renda para o município e o desenvolvimento da região. Porém as ações que estão sendo realizadas não possuem esse foco nessa área.

Outras áreas que mereciam destaque seriam aquelas relacionadas à criação de oportunidades de emprego, pois a renda baixa ou proveniente em sua maioria de transferências, ainda figura como um problema representativo para a cidade. Seria necessário, portanto investir mais em políticas nesta área, o que também não vem sendo realizado de forma efetiva.

Outros pontos como a melhora da infraestrutura tanto viária quanto ocupacional, necessidade de melhorias na saúde, melhor aparato fiscal para arrecadação de tributos e a questão do saneamento, também importantes ao pleno desenvolvimento da região, permanecem como ideias.

Percebeu-se, portanto, que apesar do Plano Diretor abordar os principais problemas da cidade e instituir ações que minimizem e até mesmo eliminem esses gargalos, poucas são aquelas que realmente ocorrem.

Colabora para o atraso da execução do Plano, a inexistência de alguma instituição responsável pela sua verificação e auxílio à sua implementação. Pois como garantir que ele será cumprido se não houver um meio de verificação? Talvez, isso pudesse auxiliar o cumprimento mais rápido das metas estabelecidas no Plano e não deixar que elas se tornem “letra morta”.

Mas como já exposto, todo projeto exige certo tempo para sua execução. Deve-se estar atento, porém, para que não se enxergue o Plano como apenas uma exigência burocrática ou como um instrumento útil apenas para a obtenção de recursos públicos que então serão aplicados a outros fins. O Plano Diretor existe como um instrumento elaborado e executado dentro do município e que deve ser respeitado e executado pelo poder municipal.

É difícil, no entanto, mensurar o impacto das medidas já tomadas e daquelas ainda previstas, no desenvolvimento da região. Sabe-se que elas eram necessárias, mas até mesmo devido a não disponibilidade de dados (como o IDH do Censo de 2010, por exemplo), presume-se que o caminho trilhado pelo Plano esteja correto e que deva sim ser seguido. É uma possibilidade para um estudo futuro, verificar se aquilo que o Plano prevê como necessário ao desenvolvimento da cidade, realmente após posto em prática, teve o efeito esperado. Outra possibilidade também é verificar se o Plano Diretor está adequado aos recursos orçamentários do município e à sua capacidade de angariar fundos.

Desta forma, este trabalho é uma tentativa que procura fomentar a discussão para a busca de um melhor desenvolvimento da região de Contenda, a partir do Plano Diretor elaborado para a cidade. Mas dada a complexidade do planejamento urbano e à brevidade deste trabalho, são cabíveis todos os cuidados de praxe, sem contar que se trata apenas de um enfoque, uma interpretação e que o desenvolvimento de uma região é algo que é paulatinamente conquistado e mantido tanto pelo poder público quanto pelos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. Plano Diretor Municipal: Três Questões para discussão. **Caderno do Departamento de Planejamento** (Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP), Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p.15-20, ago. 1995

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: 1999

CAMARGO, S. L. C. **Entrevista concedida pelo engenheiro da Prefeitura Municipal de Contenda**. Contenda, 9 nov. 2010

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Indicadores Municipais**. Disponível em: < http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp > Acesso em 07/08/2010

CONTENDA. Prefeitura Municipal. 2010

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Avaliação das políticas públicas municipais de Curitiba: 1997 a 2000 e 2001 a 2004: gestão Cassio Taniguchi**. Curitiba:2005

DRUSZCZ, O. L. **Entrevista concedida pelo engenheiro da Prefeitura Municipal de Contenda**. Contenda, 9 nov. 2010

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO, 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/>>. Acesso em 10/08/2010

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em 30/07/2010

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Contenda**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> Acesso em 07/08/2010

JULIO, Alessandra dos Santos. **Contribuições ao Estudo da geografia Urbana: o planejamento urbano do municio de Ourinhos/SP**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista

JURISWAY. **O que é Plano Diretor?** Disponível em : <<http://www.jurisway.org.br/>> Acesso em 30/07/2010

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>> Acesso em 08/11/2010.

MOREIRA, H. C. **Contenda: Sua História e sua gente**. Lapa: Gráfica Autêntica, 1995

NETO, C. J. **Entrevista concedida pelo responsável pelas finanças públicas da Prefeitura Municipal de Contenda**. Contenda, 9 nov. 2010

PLANO DIRETOR. Prefeitura Municipal de Contenda, 2008

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.com.br>. Acesso em 07/08/2010.

SABOYA, R. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Santa Catarina: UFSC, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/>. Acesso em 07/08/2010

_____. Dilemas do Plano Diretor. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, p. 237 – 247, 1999.